

economia

Justiça anula licenciamento de projeto de mineração de R\$ 300 milhões no Estado

Empresa responsável pelo empreendimento diz que operação segue enquanto não houver notificação

/ MINERAÇÃO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu, por maioria, anular o licenciamento ambiental do Projeto Fosfato Três Estradas, da Águia Fertilizantes, em Lavras do Sul. O empreendimento, que já entrou em operação e recebeu cerca de R\$ 230 milhões em aportes, integra um plano de investimentos que a companhia projetava elevar para mais de R\$ 300 milhões até 2028.

Apesar da decisão, julgada na terça-feira, a atividade segue em andamento. Segundo o gerente de projetos da Águia Fertilizantes, Diego Boeira, a empresa ainda não teve acesso ao inteiro teor da decisão e manterá a operação enquanto não for formalmente notificada.

O julgamento foi concluído com placar de 3 votos a 2. A corrente vencedora entendeu que houve ausência de consulta livre, prévia e informada à Comunidade de Pecuaristas Familiares do Pampa de Três Estradas e Taquarémbo. O entendimento foi aberto pelo desembargador federal Roger Raupp Rios e acompanhado por Rogerio Favreto e Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.

A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e a Águia. Entidades ambientais e



TÂNIA MEINERZ/JC

Decisão envolve Projeto Fosfato Três Estradas, em Lavras do Sul

representantes ligados à comunidade também passaram a integrar o processo.

Ao JC, a Fepam afirmou que “todo o processo de licenciamento ocorreu dentro dos ritos previstos em lei e de acordo com decisões judiciais em vigor na época”. Como a discussão está judicializada, o posicionamento do Estado também passa pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS). O órgão informou que ainda não foi notificado e que irá se manifestar oportunamente quando intimado.

Segundo Marcelo Mosmann, advogado das associações autoras da ação, a decisão alcança as licenças ambientais concedidas ao projeto, inclusive a Licença de Operação emitida pela Fepam em maio deste ano. O acórdão, que formalizará os fundamentos da decisão, será redigido pelo desembargador

Roger Raupp Rios.

O representante das associações também afirma que houve descumprimento de condicionantes ambientais e relata impactos já percebidos pela comunidade. As alegações deverão ser objeto de outras providências, segundo nota enviada por Mosmann à reportagem.

A Águia, por sua vez, sustentou durante o julgamento a regularidade do processo ambiental e contestou o enquadramento dos pecuaristas familiares como comunidade tradicional. A companhia também argumentou que houve participação social durante o licenciamento. O empreendimento começou a operar neste ano após a Fepam conceder a Licença de Operação em maio. A companhia iniciou a extração de minério em Lavras do Sul, enquanto o pro-

cessamento ocorre em uma unidade industrial em Caçapava do Sul. Na inauguração oficial, em junho, a Águia informou já ter aplicado aproximadamente R\$ 230 milhões e projetou superar R\$ 300 milhões em investimentos até o início de 2028.

Entidade critica decisão

A Frente pelo Desenvolvimento da Região da Campanha Gaúcha (FDCRS) lamentou a decisão. Para o presidente da entidade, Eraldo Vasconcelos, o empreendimento representa uma oportunidade de geração de empregos, atração de investimentos e fortalecimento da infraestrutura regional.

A Frente defendeu que a consulta e o diálogo com as comunidades sejam respeitados, mas manifestou preocupação com os efeitos econômicos da decisão sobre a Metade Sul. A sentença de primeira instância, proferida em outubro de 2024, havia rejeitado a anulação do licenciamento, embora determinasse à Fepam estudos complementares sobre aspectos ambientais do projeto. A decisão do TRF4 reverte esse entendimento e declara nulo o licenciamento ambiental.

Além do MPF, participaram da ação a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã, Cooperativa Agropecuária do Alto Camaquã, Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (Ingá).

Monitor do PIB apurado pela FGV aponta queda de 0,4% em julho

/ CONJUNTURA

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve uma queda de 0,4% em julho ante junho, segundo o Monitor do PIB, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a segunda taxa negativa consecutiva. Na comparação com julho de 2025, a atividade econômica teve expansão de 1,3% em julho de 2026.

De acordo com Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, o resultado mensal reforça a trajetória de desaceleração do Produto Interno Bruto e reflete o enfraquecimento das três grandes atividades econômicas, com retração da agropecuária e estagnação da indústria e dos serviços.

“O desempenho negativo de julho evidencia a dificuldade de manutenção de taxas mais elevadas de crescimento no restante do ano, com possibilidade de resultados próximos da estabilidade. Isto porque o contexto é desafiador tanto no ambiente externo, diante da elevação das tarifas dos Estados Unidos sobre parte das exportações brasileiras e da alta do preço do petróleo, quanto no interno, marcado por juros e endividamento das famílias em patamares elevados”, afirmou em nota.

No trimestre móvel encerrado em julho de 2026, o PIB teve expansão de 1,6%. A taxa acumulada em 12 meses até julho foi de 1,8%.

Inteligência GLOBAL, impacto local

EQUIFAX | BoaVista

Empresa líder em dados, tecnologia e inteligência analítica para decisões mais seguras e estratégicas.

Conheças as soluções em cdlpoa.com.br

Parceria exclusiva: **CDL POA**